

MEMORIAL DESCRITIVO - SERVIÇOS SEI Nº 25764129/2025 - SECULT.UCP.APR

1-Objeto para a contratação:

Trata-se de contratação de empresa especializada para instalação de sistemas preventivos contra incêndio no Memorial da Bicicleta e na Estação da Memória, com fornecimento de material e mão de obra.

2-Descrição dos Serviços:

2.1 - GENERALIDADES

2.1.1 - A presente execução do serviço consiste na instalação do sistema preventivo contra incêndio determinado no documento 0021846053. Diante disto, todas as informações constantes nele prevalecem diante de outros documentos.

2.1.2 - Os sistemas preventivos, deste objeto de contrato, deverão seguir sua execução conforme as diretrizes presentes nas Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), especialmente quando se tratar dos seguintes sistemas instalados:

- a) Sinalização de Emergência - IN 09, IN 11, IN 13;
- b) Sistema de Alarme de Incêndio - IN 12;
- c) Sistema de Rede Hidrantes - IN 07;

2.1.3 - Deverão ser observadas e atendidas na execução desse projeto as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às especificações gerais do fabricante.

2.2 - DA NATUREZA

2.2.1 - A contratação trata-se de serviço comum de engenharia.

2.2.2 - As adequações do objeto desta contratação, possui técnica de execução plenamente conhecida pelo mercado de engenharia. Possui baixa complexidade e apresenta procedimentos de execução bem definidos, inclusive quanto aos aspectos de qualidade e de desempenho.

2.3 - SEGURANÇA DO TRABALHO

2.3.1 - Em todos os itens do serviço, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de proteção coletiva que se fizerem necessários no decorrer de todas as etapas, de acordo com o previsto na NR-06, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35 da Portaria nº3.214 do Ministério do Trabalho, bem como nas demais Normas e dispositivos de segurança em vigor.

2.3.2 - Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a seus funcionários e/ou subcontratados, todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas do serviço, conforme previsto na NR-06, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35 da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes.

2.3.3 - É responsabilidade da CONTRATADA a garantia de que todos os colaboradores estejam utilizando os EPIs adequados e de forma correta na execução dos serviços. Caso a CONTRATADA não obedeça à legislação vigente com relação aos padrões e necessidades de higiene e segurança do trabalho, conforme o estabelecido nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, a CONTRATANTE, por meio de FISCALIZAÇÃO, poderá paralisar os serviços até que sejam sanadas as irregularidades. A paralisação nesse caso, não implicará em aumento do prazo estabelecido para a execução dos serviços, não cabendo a CONTRATADA apelação de qualquer tipo para as multas que venham a ocorrer por atrasos decorrentes dessas irregularidades.

2.3.4 - Conforme Lei nº 6.514 de 22/12/1977 deverá a CONTRATADA encaminhar à CONTRATANTE, somente os documentos necessários para execução dos serviços, antes do início das atividades, os documentos abaixo indicados para comprovação de regularidade da empresa e de seus empregados quanto a observância das normas de prevenção de segurança e medicina do trabalho:

a) Dos Empregados:

- Documento de registro do funcionário;
- ASO (atestado de saúde ocupacional);
- Ficha de entrega dos equipamentos de segurança individual (EPI) adequado ao risco, conforme citados no LTCAT da Empresa;
- Certificado de treinamentos;

1. NR 06 - Equipamento de Proteção Individual - EPI;
2. NR 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade (Quando couber);
3. NR 12 - Máquinas e Equipamentos (Quando couber);
4. NR 35 - Trabalho em Altura (Quando couber);
5. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
6. E qualquer outro que for julgado pertinente para a realização do serviço.

b) Do Empregador:

- Laudo de condições ambientais do trabalho (LTCAT);
- Documentação que comprove a responsabilidade técnica do profissional que atuará na execução do serviço;
- Programa de prevenção de riscos (PGR) do ano vigente da contratação;
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT) - Caso tenha 20 ou mais trabalhadores envolvidos na execução do serviço, conforme o item 18.5 da NR 18;
- Programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO);
- Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) - O dimensionamento varia com grau de risco e número de funcionários, podendo contratar empresa especializada para este fim;
- Documentação de constituição da CIPA (Comissão interna de prevenção de acidentes);
- Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
- E qualquer outra documentação referente à segurança do trabalho que possa ser requerida pela CONTRATANTE.

2.4 - TRANSPORTES DE MATERIAIS

2.4.1 - O transporte de materiais e equipamentos referentes à execução do serviço será de responsabilidade da CONTRATADA.

2.5 - DESPESAS INICIAIS

2.5.1 - A CONTRATADA deverá dispor no local a documentação que comprove a responsabilidade técnica para execução do serviço.

2.6 - ARREMATES FINAIS

2.6.1 - Após a conclusão dos serviços de limpeza, a CONTRATADA se obrigará a executar todos os retoques e arremates necessários apontados pela fiscalização.

2.7 - DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

2.7.1 - Sistema de Alarme

Junto a cada um dos abrigos de mangueiras, em seu lado direito, a uma altura de 1,20 m do piso acabado será montada uma caixa metálica 2x4", integrante do sistema, sobre a qual será montada um sistema de acionamento de alarme com transdutor acoplado. Esse sistema será interligado ao sistema de controle do sistema central de incêndio, sendo avisado de sua operação no painel sinóptico instalado no andar térreo da Estação da Memória, junto à recepção e alimentado por sistema de baterias.

O painel da Central de alarme terá o acionamento/desligamento do sistema de pressurização da rede hidráulica de combate (bomba). A central terá ajuste de tempo entre o acionamento de cada sensor e a resposta das sirenes, sendo esse tempo no máximo de cinco minutos. Não sendo tomadas as providências cabidas ao caso as sirenes soarão todas ao mesmo tempo, somente podendo ser desabilitadas diretamente na central e por pessoa habilitada para tanto. Todos os materiais a serem empregados na implantação do sistema deverão ter selo de conformidade com as normas da ABNT e INs.

A concepção do sistema deverá seguir NBR 17240, exigindo o emprego de tubulação em PC roscável, toda a fiação terá junto um condutor de proteção, composto de fio rígido com revestimento antichama, na cor verde claro, com seção de 2,5mm², conectado à terra. A alimentação do sistema será em 24 VCC, suprida por central de baterias. Cada um dos painéis de acionamento do sistema terá sirene acoplada, botão de acionamento com indicação de operação e será conectado por meio de fio blindado à central e a casa de baterias.

De cada painel sairá um fio para detecção de acionamento e um de controle em direção a central para que a mesma faça o controle central. Além dos condutores de controle e operação, cada painel terá ainda mais dois condutores de alimentação pelos quais irá receber energia suficiente para manter sua operação dentro das especificações.

Os som emitido por avisadores sonoros terão potência da ordem entre 90 e 115 dBA, medido a 1 metro de distância da fonte sonora. O som e a frequência dos avisadores devem ser únicos e não podem ser confundidos com outros sinalizadores que não pertençam ao sistema de alarme de incêndio.

Autonomia mínima do sistema de 24 horas.

Os avisadores visuais deverão ter intensidade luminosa mínima de 15cd e máxima de 300cd.

Os detectores lineares de fumaça serão fixados conforme indicado em planta, e estabelecendo sua comunicação com a central de incêndio. O percurso ótico do detector é projetado com forte capacidade de contra interferência. Como o detector trabalha através do princípio de obscuração da luz, evita-se obscurações sejam elas fixas ou móveis no caminho óptico do detector durante a instalação.

As paredes de fixação tanto do detector quanto do refletor devem ser firmes, planas e lisas. O detector deve ser montado na vertical na parede. Se a parede não for lisa, apresentando ranhuras, não for plana ou sofrer alterações pela ação do tempo (Estação de chuva ou inverno), o instalador deve se assegurar que essas mudanças não afetem o funcionamento do detector. Se o detector for instalado em prateleiras ou suportes metálicos assegurar-se que são sustentações firmes e imóveis.

Quando há poeira no ambiente de trabalho do detector por algum tempo, a janela de emissão, janela de recepção e refletor serão cobertos com poeira, que afetara a operação normal. A fim de resolver este problema, deve ter a função de compensação automática de luz. Quando há poeira na janela, o detector pode discernir a quantidade de poeira e compensar o sinal recebido através do programa e circuito interno para garantir que o detector possa continuar operando normalmente.

2.7.2 - Rede de Hidrantes

Todas as partes da edificação estarão cobertas por mangueiras de incêndio, sendo estas em número de 02 unidades compostas de duas peças de 15m cada, com diâmetro interno de 38mm. revestidas internamente em borracha, com acoplamento tipo storz 11/2". As mangueiras serão guardadas em zigue-zague ou aduchadas em abrigo metálico dentro do qual também estará o hidrante de parede tipo registro globo angular 21/2" com adaptador redutor tipo storz 11/2". Em todos os abrigos de mangueiras existirão ainda esguicho tipo jato sólido com diâmetro do requeite de 16mm. Os abrigos para mangueiras deverão ser metálico ou de madeira, na cor vermelha ou em vidro temperado, liso, transparente, incolor, sem película e ser sinalizada com a inscrição INCÊNDIO e pictograma de mangueira ou mangotinho.

A alimentação do sistema será por apoio eletromecânico, baseado em bombas centrifugas de partida manual, sendo a totalidade da água prevista para o combate ao fogo, reservada na caixa única instalada em ambiente adequado, conforme mostra no projeto. A reserva de água para combate à incêndio foi calcula em 10.000 litros considerando-se as exigências da norma do Corpo de Bombeiros.

Todo o sistema de hidrantes internos terão conexão a um hidrante de passeio, utilizado como recalque e/ou pressurização para uso exclusivo do Corpo de Bombeiros. Esse hidrante de recalque está montado na calçada da rua Engenheiro Leite Ribeiro, em abrigo de alvenaria com tampa em ferro fundido.

2.7.3 - Sinalização/ Iluminação de Emergência

Em toda as rotas de fuga, nos corredores de descarga do pavimento térreo, nas escadas e mezaninos, serão instaladas luminárias de emergência com acionamento automático quando da falta de energia no sistema convencional. O sistema visa dar maior segurança ao eventual fluxo de abandono formado por pessoas em caso de acidentes, quando normalmente é cortado o fornecimento normal de energia por medida de segurança. Todo o sistema está baseado em unidades autônomas independentes, com bateria e carregador próprio. Detalhes adicionais dos sistemas descritos aparecem nas diversas partes do projeto.

O sistema de sinalização de abandono tem por objetivo proporcionar orientação necessária para a condução dos ocupantes de uma edificação do seu interior até um local seguro ou de relativa segurança, como uma escada de emergência ou área externa aberta. Este dimensionamento contemplou a sinalização através de placas do tipo fotoluminescente e também placas luminosas.

Para as placas fotoluminescentes previstas, deve-se observar na sua aquisição e instalação, os seguintes requisitos:

- Devem atender os requisitos da ABNT NBR 16.820 quanto à fotoluminescência mínima a ser atendida

Para as placas luminosas previstas, deve-se observar na sua aquisição e instalação, os seguintes requisitos:

- O acionamento das placas luminosas se dá pela interrupção ou falha no fornecimento de energia elétrica total ou parcial da iluminação normal de uma edificação (acionada por falta de tensão na sua alimentação).
- As placas luminosas devem possuir as dimensões indicadas em planta baixa/legenda e a fonte de energia conforme IN 19.

Toda a sinalização deve atender os requisitos e métodos de ensaios estabelecidos na NBR 16.820, quais sejam: resistência à chamas, resistência à limpeza, resistência à névoa salina, resistência ao intemperismo, fotoluminescência, resistência à abrasão, resistência ao escorregamento, adesão e aderência.

Todos os elementos de sinalização devem ser identificados, de forma legível, na face exposta, contendo:

- Identificação do fabricante (nome do fabricante ou marca registrada ou número do CNPJ) - aplica-se às placas Luminosas e Fotoluminescentes;
- Intensidade luminosa, expressa em milicandelas por metro quadrado, a 10 min e 60 min após remoção da excitação de luz a $(22 \pm 3)^\circ\text{C}$ - aplica-se somente às placas Fotoluminescentes;
- Tempo de atenuação, expresso em minutos (min), a $(22 \pm 3)^\circ\text{C}$ - aplica-se somente às placas Fotoluminescentes;

- Cor durante excitação - aplica-se somente às placas Fotoluminescentes;
- Cor da fotoluminescência - aplica-se somente às placas Fotoluminescentes;

A instalação das placas (luminosas ou fotoluminescentes), deve-se observar ainda as seguintes orientações:

- A sinalização de portas de saída de emergência deve ser localizada, preferencialmente, imediatamente acima das portas, no máximo a 0,10 m da verga, ou, na impossibilidade, diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura entre 1,60 e 2,00 m, medida do piso acabado à base da sinalização.
- A sinalização de orientação das rotas de saída deve ser instalada dentro do campo de visão, conforme item 4.8 da NBR 9050/2020, de modo que sua base esteja a uma altura mínima de 1,80 m do piso acabado, e sempre abaixo da posição superior da saída/exaustão da fumaça (portas, janelas ou elementos vazados), isto é, em altura inferior ao ponto mais baixo do colchão de fumaça possível de se formar no ambiente.

2.7.4 - Da Placa de Obra

A contratada deverá fornecer e instalar junto ao local de intervenções placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira, garantindo a durabilidade e resistência da mesma às intempéries, e deverá contar com uma área total de 2,50m².

A arte da placa será fornecida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da obra, cabendo a mesma a indicação do local específico de fixação e dimensões exatas da placa.

A placa deverá ser instalada e permanecer no local das obras do início até o final da execução dos trabalhos.

2.7.5 - Da Administração local da obra

Neste processo em específico, este item é contabilizado em horas, com quantidade compatível ao prazo de execução dos serviços, sendo o mesmo será pago de forma proporcional ao avanço físico, conforme preconizado pelo item 9.3.2.2 do Acórdão 2.622/2013.

3-Equipe Mínima:

3.1 - A contratada deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação.

3.2 - A CONTRATADA deverá dispor de responsável técnico para acompanhamento da execução dos serviços.

3.3 - A mão de obra a empregar pela CONTRATADA deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma de Execução 25832628, além de tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário.

3.4 - Os equipamentos devem ser do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para a execução satisfatória dos serviços, respeitando sempre o cronograma previsto.

3.5 - Os turnos de trabalho anormais, em domingos, feriados ou períodos noturnos, deverão ser comunicados por escrito com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que a fiscalização acompanhe os serviços nestes períodos. A CONTRATANTE comunicará ao preposto ou representante legal da CONTRATADA, para que esta tome as devidas providências, nos casos em que seja constatado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conduta imprópria, negligência ou incapacidade técnica de funcionário da CONTRATADA, ou seja, que embarace e/ou dificulte a ação da fiscalização ou cuja presença seja prejudicial ao andamento dos trabalhos.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 - Frequência: deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira, com exceção de feriados e pontos facultativos, caso em que deverá ser solicitada autorização especial;

4.1.1 - Horário: os serviços deverão ocorrer das 07:00 às 17:00 horas;

4.2 - O serviço deverá ser realizado conforme cronograma, iniciando em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE;

4.3 - Em caso de entendimento do CONTRATANTE, o prazo de execução da Ordem de Serviço poderá ser estendido e será informado na Ordem de Serviço.

4.4 - A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE o dia não operável da execução da Ordem de Serviço e enviar justificativa em tempo real para que a Comissão de Fiscalização do Contrato acompanhe.

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1 - A presente contratação será um serviço por escopo, cujo prazo de execução será de 04 (quatro) meses a contar da última assinatura da Ordem de Serviço Eletrônica, prorrogável na forma do Art. 111 da Lei 14.133/2021.

5.2 - O cronograma previsto para a presente contratação consta no documento 25832628.

5.3 - O prazo de vigência contratual será de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável na forma do Art. 111 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

6-Local de execução dos serviços:

Os serviços serão executados no Memorial da Bicicleta e na Estação da Memória localizados na Rua Leite Ribeiro, S/N - Anita Garibaldi, Joinville - SC, 89202-090.

7-Gestor do Contrato:

A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 - Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa;

8.2 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

8.3 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

8.4 - A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços.

8.5 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

8.6 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar.

8.7 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 10 (dez) dias úteis, após notificada, o(s) serviço(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Memorial Descritivo ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Memorial Descritivo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

8.7.1 - Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

8.8 - Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da instalação/realização dos serviços, devendo-se deixar as instalações nas mesmas condições de segurança e funcionalidade que se encontravam, quando do encerramento do prazo contratual;

8.9 - A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas não autorizadas.

8.10 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço;

8.11 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

8.12 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

8.13 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, para a emissão da Ordem de Serviço;

8.14 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento;

8.15 - Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

8.16 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Memorial Descritivo e demais documentos do processo, ou que fora constatado qualquer irregularidade.

8.17 - Define-se como forma de comunicação com a CONTRATADA a formal, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento;

8.18 - Da garantia dos serviços e Materiais Empregados: Garantia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, devendo o contratado ser responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

8.19 - A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços;

8.20 - Apresentar documento comprobatório de que todos os funcionários realizaram o curso de NR-35 para trabalho em altura antes de iniciar a execução do serviço contratado;

8.21 - Realizar os serviços objeto deste memorial descritivo dentro da boa técnica e conformidade legal e com NR-18, e fornecer sempre que solicitado informações e documentos necessários ao desenvolvimento do trabalho;

8.22 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados, recompondo, de forma a manter as características originais, todos os elementos que por ventura venham a ser danificados ao longo dos trabalhos;

8.23 - Repor, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material ou sistema danificado em decorrência dos serviços objeto deste Memorial Descritivo, devendo o bem repostado possuir as mesmas características iniciais do substituído, inclusive os elementos relativos à estrutura da presente cobertura onde terão as telhas removidas que deverão ser substituídas sem interferir na integridade da estrutura do telhado existente;

8.24 - A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta e ônus os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, de licenças e férias concernentes ao contrato, de seguro contra acidentes de trabalho, devendo indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, no exercício de suas atividades que possam ser causados por seus prepostos ao CONTRATANTE, aos usuários dos locais ou ainda a terceiros;

8.25 - A CONTRATADA será responsável, ainda, pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus fornecedores;

8.26 - A CONTRATADA deverá cumprir as Normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal;

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades, quando da entrega/instalação do(s) produto(s) e realização dos serviços;

9.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento;

9.3 - Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

9.4 - Solicitar a substituição do(s) produto(s)/refazer o(s) serviço(s) que apresentarem defeito(s) ou vício(s) durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua instalação ou utilização;

9.5 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Memorial Descritivo;

9.6 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Memorial Descritivo ou que fora constatado qualquer irregularidade.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 - Modelo de gestão e execução da contratação:

10.1.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo por meio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

10.1.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

10.1.2 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

10.1.3 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem ou serviço, (ou) parcialmente de acordo com as medições em conformidade com o cronograma proposto;

10.1.4 - O(s) produto(s)/serviços(s) será(ão) recebido(s):

a) Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s)/serviços(s), pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o(s) serviço(s) estiver(em) conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente Memorial Descritivo;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 10.1.4, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) produto(s)/serviços(s) não exclui a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do(s) futuro(s) Contrato(s);

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Memorial, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no item 8.7, a substituição/reposição do(s) equipamento(s) visando ao atendimento total das especificações, conforme item 8.7, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no contrato, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

10.2- Critério de medição e pagamento

10.2.1 - O pagamento será conforme as medições mensais realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do

Memorial Descritivo.

10.2.2 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10.3 - Formas e critérios de seleção do fornecedor.

10.3.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

10.3.2 - O regime de empreitada da contratação será o de execução indireta por empreitada por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

10.3.3 - A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

10.3.3.1 - Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra/serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: implantação/adequação dos sistemas preventivos contra incêndio;

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.3.3.2 - Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de obra/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 50% (cinquenta por cento) do total a ser executado, ou seja, implantação/adequação dos sistemas preventivos contra incêndio;

a) 1.000,635 metros quadrados de implantação/adequação dos sistemas preventivos contra incêndio;

b) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

10.3.3.3- Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente;

10.3.4 - Ainda, para esse serviço essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

10.3.4.1 - O proponente deverá apresentar garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 10% sobre o valor inicial do contrato diante da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

10.3.4.2 - O proponente deverá apresentar garantia de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o Art. 69, §4º da Lei 14.133/2021.

10.3.4.3 - O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

10.3.5 - Tais requisitos (comprovação da capacidade técnica e garantias), são necessários diante da complexidade técnica do serviço, o qual envolve a implementação de sistema com finalidade de preservação do patrimônio público do Município, resguardar a vida e a integridade física humana.

10.4 - Documentação compulsória para contratação

10.4.1 - Não se aplica.

10.5 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS EMPREGADOS

10.5.1 - A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 5 (cinco) anos nos sistemas de rede de hidrante, principalmente contra deterioração do aço, resistência, defeitos que não permitam a vedação e soldas;

10.5.2 - A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 3 (três) anos na infraestrutura elétrica;

10.5.3 - Toda execução do serviço e equipamentos devem seguir os prazos estabelecidos na NBR 15575-1.

10.5.3.1 - Caso o fabricante dos produtos conceda prazo de garantia/validade maior que o estipulado, o prazo do fabricante deverá prevalecer.

10.6 - VISITA TÉCNICA

10.6.1 - Para o devido conhecimento dos endereços e equipamentos atuais da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail secult.ucp.apr@joinville.sc.gov.br.

10.6.2 - A visita será realizada individualmente com cada interessado sempre em horários distintos.

10.6.3 - A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante do Município, nos locais onde estão instalados os equipamentos contemplados neste Memorial.

10.6.4 - Durante a visita não será fornecido pelo representante do Município nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Memorial, nesse

sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e equipamentos.

10.6.5 - Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" emitido pela Secretaria de Cultura e Turismo, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos de habilitação.

10.7. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

10.7.1 - Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios e complementares, conforme descrito em Memorial Descritivo;

10.7.2 - Para a subcontratação, além dos demais requisitos técnicos necessários, a contratada deverá apresentar a comprovação de que a subcontratada já executou os serviços em percentual mínimo de 50%;

10.7.3 - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

10.7.4 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.7.5 - Será admitida a participação de empresas em consórcio.

10.8 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.8.1 - Estima-se a contratação no importe de R\$ 185.871,46 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos).

10.9 - DA ADEQUAÇÃO/DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.9.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria, conforme documentos 25788694 e 25788718.

10.9.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo e estarão dispostos posteriormente no Edital.

10.10 - DA MELHOR SOLUÇÃO ENCONTRADA

10.10.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que tenham executado a implantação/adequação de sistemas preventivos contra incêndio.

10.11 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.11.1 - A presente contratação possui como fundamentação o Estudo Técnico Preliminar correspondente, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

10.12 - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.12.1 - A contratada deverá destinar adequadamente os resíduos decorrentes da execução do contrato, fornecendo o Certificado de Destinação Final - CDF de todo resíduo destinado.

10.12.1.1 - Caberá a contratada realizar o correto controle de guarda, armazenamento, uso e descarte de resíduos relacionados a tintas, solventes e outros produtos químicos empregados nos serviços.

10.12.2 - Quando for o caso, a contratada deverá apresentar relatório ambiental detalhando as ações realizadas no período para atender às exigências e condicionantes da licença ambiental do serviço, apresentando os documentos e evidências necessários.

10.12.2.1 - No relatório deve constar planilha de destinação dos resíduos gerados pelo serviço, indicando o tipo de resíduo, a quantidade, o local de destino e o respectivo número da licença, data do transporte e o número do Manifesto de Transporte e, quando obrigatório, o número do certificado de destinação final.

10.13 - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE/DESEMPENHO

10.13.1 - Deverão ser atendidos, neste sentido o previsto no item 2 deste Memorial Descritivo.

10.13.2 - Em caso de suspeita ou dúvida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá solicitar a realização de ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto, cujos custos deverão ser arcados exclusivamente pela contratada, nos termos do Art. 140, §4º da Lei 14.133/2021.

10.13.2.1 - Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão do serviço no prazo previsto e com a qualidade esperada, deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de produtividade.

10.14.1 - Relatório de Progresso

10.14.1.1. - Mensalmente, em data definida pela Fiscalização na reunião inicial, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de progresso das atividades contendo:

a) Cronograma físico-financeiro previsto x realizado. Caso o percentual realizado acumulado resulte 40% abaixo do previsto no primeiro mês ou 20% abaixo do previsto acumulado nos demais meses, a CONTRATADA deverá apresentar plano de recuperação para atingimento do prazo previsto, não isentando as penalidades previstas;

b) Programação mensal atualizada dos serviços, indicando providências necessárias;

c) Registro de Qualidade, indicando não conformidades verificadas durante o mês, as providências corretivas e revisões dos procedimentos efetuadas;

d) Interferências e quaisquer inconsistências de projeto ou dúvidas que possam prejudicar o bom andamento dos serviços;

e) Acidentes de trabalho, em caso de ocorrência, e as medidas e providências tomadas.

10.14.1.2 - Desempenho do Cronograma

10.14.1.2.1- A execução do serviço deverá respeitar rigorosamente o cronograma físico-financeiro 25832628, considerando o cumprimento deste como critério de aferição da produtividade mínima esperada.

10.14.1.2.2 - O atraso execução dos serviços (acumulada) prevista no cronograma sujeitará a contratada à glosa parcial das medições, aplicável a partir do terceiro mês de execução dos serviços, calculados sobre o valor do percentual a ser executado não entregues no mês conforme cronograma do anexo 25832628.

10.14.1.2.2.1 - Na medição do terceiro mês, para fins de aferição da produtividade, será considerado o percentual acumulado da execução do início dos serviços até a referida medição.

10.14.1.2.3 - O não cumprimento das produtividades previstas ensejará em glosa de 2% do valor financeiro da extensão não executada, ficando limitado ao valor de 20% do contrato.

10.14.1.2.4 - Em caso de alterações contratuais de prazo, as datas marco (datas de entrega) poderão ser reprogramadas conforme novo cronograma, após a sua análise e aprovação por parte da CONTRATANTE.

10.14.2- Controle de qualidade da galvanização

10.14.2.1 Considerando que as tubulações serão instaladas na rede de hidrante, a classe de agressividade ambiental é categorizada como Classe II NBR 6118, a escolha das tubulações deverão ter cuidado maior.

10.14.2.2 Tal cuidado, encontra também guarida na NBR 6181 ao determinar: em regiões litorâneas ou outros locais sujeitos à atmosfera corrosiva, as tubulações deverão apresentar certificação da galvanização a fogo, emitido pela empresa galvanizadora, para todos os tubos, parafuso, arruelas, porcas e dispositivos do sistema.

10.14.2.3 Assim, antes da pintura final, os materiais metálicos deverão receber galvanização a fogo e galvanização a frio conforme descrito:

10.14.2.3.1 Galvanização a Fogo: toda a estrutura metálica deverá ser submetida a processo anticorrosivo (galvanização a fogo), através de imersão a quente em zinco fundido com pureza maior ou igual a 98%, formando uma camada protetora com massa e espessura mínimas de acordo com a NBR 6323.

10.14.2.3.2 Galvanização a Frio: tratamento anticorrosivo, com tinta rica em zinco, utilizado para reparos em superfícies galvanizadas por imersão à quente, notadamente, quando submetidos a processos de solda ou eventuais danos (riscados, ranhuras, dentre outros).

10.14.3 Controle de qualidade da pintura metálica - aplica-se também às tubulações da rede de hidrante.

10.14.3.1 Antes de executar a pintura de acabamento deverão ser cumpridos, no que couber, para excelência da qualidade da pintura final e de sua garantia, os requisitos das normas PETROBRAS (N-0013/2011 - Requisitos Técnicos para Serviços de Pintura e N-2841/2007 - Qualificação de Revestimentos Anticorrosivos, à Base de Tintas em Pó, Sobre Superfícies Galvanizadas).



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Renovato dos Reis, Coordenador(a)**, em 18/06/2025, às 09:26, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25764129** e o código CRC **69760C93**.

